

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Está projetada a instalação, no concelho de Loulé, de um estabelecimento comercial de grandes dimensões do grupo sueco IKEA, tendo sido concluído recentemente a consulta pública sobre o Estudo de Impacte Ambiental desse projeto.

A proliferação das grandes superfícies comerciais, assim como a desregulação dos horários comerciais, teve consequências dramáticas no pequeno comércio local. Desde o início dos anos 90 foram licenciados mais de 4 milhões de metros quadrados de nova área comercial, o que se traduz num recorde europeu: mais de 400 metros quadrados de superfície comercial por mil habitantes.

A par do crescimento exponencial da área comercial, verificou-se também um poderoso movimento de concentração e um crescente desequilíbrio dos formatos. No sector do comércio não alimentar as quotas de concentração de vendas sobem, com destaque para o subsector dos equipamentos para o lar e materiais de construção, através do IKEA e Leroy Merlin/AKI. Estes níveis de concentração e desequilíbrio entre a grande distribuição e o comércio tradicional são particularmente elevados, mesmo no contexto europeu, continuando a evoluir no sentido monopolista/oligopolista.

Na passada segunda-feira, uma delegação do PCP reuniu com a Associação de Desenvolvimento Comercial da Zona Histórica de Faro, que manifestou a sua profunda preocupação com o impacto negativo que a implantação de uma loja IKEA no concelho de Loulé terá no comércio local desse concelho e dos concelhos limítrofes, exigindo a realização de um estudo sobre esses impactos.

É o próprio Governo a reconhecer, em resposta a uma pergunta do Grupo Parlamentar do PCP sobre a construção de uma área comercial IKEA no concelho de Loulé (pergunta n.º 1269/XII/2.^a, de 20 de fevereiro de 2013), que na avaliação da implantação se deve ter em conta *“a integração do estabelecimento no ambiente urbano, fortalecendo a capacidade de atração do centro urbano como destino comercial e de lazer, e contribuindo para a diminuição das*

deslocações pendulares".

Assim, com base nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Economia, o seguinte:

1. Realizou o Governo um estudo de avaliação do impacto que a implantação de uma área comercial de grande dimensão do grupo IKEA no concelho de Loulé terá no pequeno comércio local desse concelho e dos concelhos limítrofes? Em caso afirmativo, quais as conclusões desse estudo?
2. Contabilizou o Governo o número de encerramentos e falências de pequenos estabelecimentos comerciais, assim como o número de postos de trabalho que consequentemente se perderão, com a abertura de mais uma grande superfície comercial na zona central do Algarve?
3. Caso o projeto de criação de uma área comercial do grupo IKEA se venha a concretizar, que medidas pretende o Governo adotar para defender o pequeno comércio local e salvaguardar os postos de trabalho?
4. Reconhece o Governo que a abertura de uma superfície comercial de grande dimensão no concelho de Loulé contribuirá para agravar o desequilíbrio entre os diferentes formatos de comércio, acelerando ainda mais o processo de desertificação dos centros urbanos desse concelho e dos concelhos limítrofes?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 11 de Junho de 2014

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)